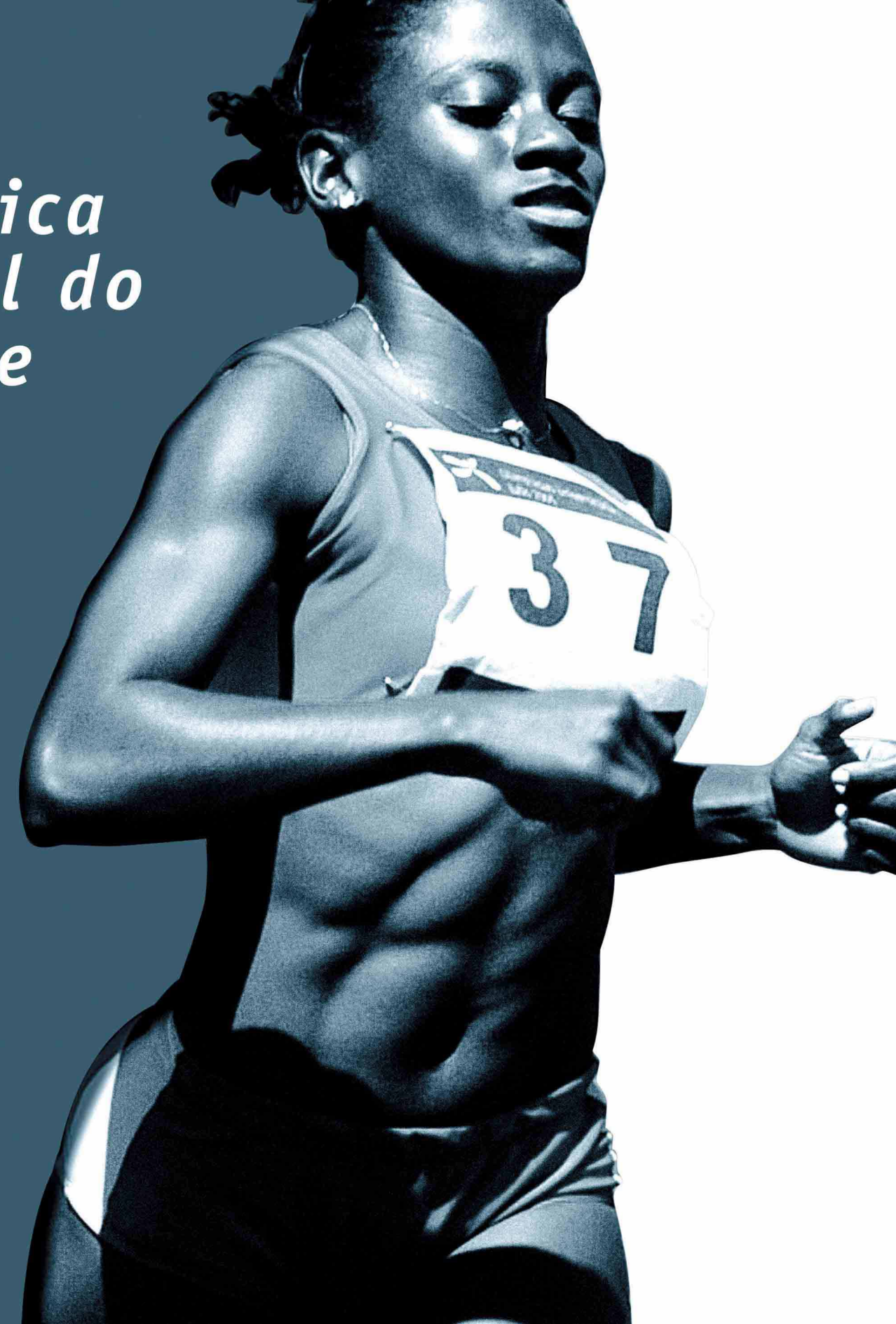


*Política
Nacional do
Esporte*



Ministério
do Esporte



FOTO DA CAPA: WASHINGTON ALVES/COB/DIVULGAÇÃO



FOTOS: WASHINGTON ALVES/WANDER ROBERTO/EVANDRO TEIXEIRA/COB/DIVULGAÇÃO

MINISTÉRIO DO ESPORTE

MINISTRO: AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO: ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR

CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO: FRANCISCO CLÁUDIO MONTEIRO

SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO: ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES

SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE EDUCACIONAL: RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA

SECRETÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER: LINO CASTELLANI FILHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

VICE-PRESIDENTE: JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE

RESOLUÇÃO Nº 05/CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

14 DE JUNHO DE 2005



FOTO: WASHINGTON ALVES/COB/DIVULGAÇÃO

Esporte, uma questão de Estado

Muitas vezes, vemos textos de políticas públicas que ficam a quilômetros da realidade. O Governo Federal traçou diretrizes específicas na área de esporte que já refletem na prática um novo retrato da área no Brasil. Com o lançamento da Política Nacional do Esporte, ganham os atletas, os técnicos e a população brasileira.

Primeiro, porque é um documento que nasceu de amplo debate nacional, algo inédito neste setor. Este foi o tema central da 1ª Conferência Nacional do Esporte, que mobilizou 83 mil pessoas em suas várias etapas, em todo o País, no primeiro semestre de 2004.

Esta política dá forma aos anseios não apenas da comunidade esportiva, mas de toda a sociedade brasileira. Ao ser aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte, esse documento já tinha, portanto, a garantia de que iria se transformar em poderoso instrumento de ação do governo e de mobilização de esforços de grande amplitude.

Além disso, posso assegurar que não se trata de uma proposta para o futuro. Esta política já está em prática e, mais do que isto, está promovendo uma verdadeira revolução no esporte. O sonho do esporte para todos, que é um preceito constitucional, está virando realidade.

Ao criarmos um Ministério exclusivo para o esporte, já tínhamos a dimensão do quanto era preciso fazer, mas talvez não soubéssemos do tanto que é possível fazer. Uma política concreta, com foco na inclusão social e atenta a todo o potencial do mundo esportivo, é o que já testemunhamos. É um novo conceito que está sendo implantado.

No campo da inclusão, por exemplo, o programa “Segundo Tempo” já atende mais de um milhão de crianças e adolescentes. Criou-se um turno a mais na escola, com reforço alimentar, reforço escolar e atividades esportivas. São meninos e meninas que poderiam estar nas ruas, mas estão ganhando dignidade, saúde e cidadania.

O esporte e o lazer como fatores de promoção de saúde perpassam esta política de ponta a ponta, da criança ao idoso, ao portador de necessidades especiais, a todos, enfim. A atividade física passou a ser encarada como algo fundamental, que deve estar presente no dia-a-dia das pessoas.

Nos esportes de alto rendimento, os resultados dessas ações já se transformam em medalhas, conquistadas no mundo inteiro. O talento é detectado desde cedo e encaminhado para núcleos e centros que poderão transformá-lo em atleta, por meio de programa específico e também inédito no Brasil.

Esta política contempla igualmente o potencial econômico do esporte. Em sua cadeia produtiva, esta atividade ganha cada vez maior peso na formação da riqueza nacional. É importante fator de geração de emprego e renda e contribui também deste modo para a inclusão social.

Esta Política Nacional do Esporte constitui-se em um instrumento que transforma o esporte em uma questão de Estado. É algo que chegou para ficar. Por isso, este é um momento de orgulho para todos nós.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil



FOTO: WASHINGTON ALVES/LOB/DIVULGAÇÃO

Uma nova realidade para o Brasil

O Ministério do Esporte apresenta aos gestores do setor e à sociedade brasileira a Política Nacional do Esporte. Pela primeira vez na história do País, o Conselho Nacional do Esporte aprovou com a participação da população brasileira diretrizes específicas para o desenvolvimento do esporte. Com este instrumento, o Brasil passa a tratar o esporte como uma questão de Estado. Trata-se de uma política de traços bem definidos em favor da inclusão social. Consolida-se em definitivo o preceito constitucional do esporte e do lazer como direitos de todo cidadão, compromisso político do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Os objetivos e diretrizes da Política tratam como questões fundamentais a democratização do acesso ao esporte, a formação de uma rede de cooperação com outras esferas do governo e a sociedade, a busca da diversificação do financiamento para o esporte em todas as suas dimensões, entre outros. São medidas efetivas de democratização e da prática do controle social, garantindo o planejamento e a prestação de contas por parte das entidades esportivas.

A Política Nacional do Esporte também valoriza a sistematização e atualização da informação e da documentação esportiva, a importância do conhecimento científico e tecnológico para a elaboração de políticas públicas e a ampliação da interlocução com a comunidade esportiva e a sociedade em geral, tendo a democracia como valor fundamental.

Em um país de tantas desigualdades sociais e com escassos recursos financeiros, é preciso otimizar recursos, capacitar pessoas, introduzir tecnologia e, fundamentalmente, imprimir transparência às nossas ações. Só assim poderemos potencializar o que hoje representam esforços divididos e transformá-los em uma grande força mobilizadora. É nesta perspectiva que será construído o Sistema Nacional do Esporte e do Lazer para unificar uma ação conjunta de todos os atores desse segmento no território nacional.

A nossa tarefa é grande. Significa passar da informação à ação. Transformar princípios e diretrizes em ações concretas que garantam a milhões de brasileiros o acesso às atividades esportivas. Crianças, jovens, adultos e idosos. Atletas ou não, saudáveis ou doentes, deficientes ou não, de qualquer raça, ricos ou pobres, homens ou mulheres. Enfim, a todos os cidadãos brasileiros.

O nosso maior desafio não é apenas a divulgação de mais uma política, mas, por meio da sua efetiva implementação, despertar a consciência nacional para agir frente ao potencial do esporte como fator de desenvolvimento humano e de fortalecimento da nação. É tornar o esporte uma política pública essencial, em sintonia com todos os setores, que transponha os limites de um governo e consolide-se como uma política de Estado.

Agnelo Queiroz
Ministro de Estado do Esporte



Índice

ABERTURA	2
PREÂMBULO	9
OBJETIVOS	33
PRINCÍPIOS	35
DIRETRIZES	36
AÇÕES ESTRATÉGICAS	40
BIBLIOGRAFIA	42
LEGISLAÇÃO CONSULTADA	44

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um (...)

Constituição Federal; Artigo 217.

Preâmbulo